



**PROPOSTAS DE ÂMBITO  
FEDERAL DAS  
CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS  
DAS CIDADES MAIS  
VOTADAS E DESTAQUES DOS  
DELEGADOS**

## 1. Subtema As Intervenções Urbanas e a Integração de Políticas:

### Resultado da Votação (urnas)

N.º da proposta no anexo 2	<b>Bloco 1: Regularização fundiária: priorização, assistência técnica e simplificação de procedimentos</b>
48	Tornar uma política nacional a regularização dos loteamentos habitacionais irregulares, com concessão de escritura aos proprietários. Adequação e revisão das leis para regularização fundiária. Inclusão de artigo no Estatuto da Cidade permitindo ao município a regularização, de forma desburocratizada, de áreas já ocupadas de forma irregular, tanto em área urbana como em área rural, observando as normas técnicas e ambientais, permitindo assim o registro público e a titularidade.
14	Firmar parceria entre os três entes governamentais no sentido de celebrar convênios com entidades de classe e congêneres para oferecer assessoria técnica e jurídica totalmente gratuita às famílias que residam em assentamentos precários em processos de regularização.
8	Restabelecer, dentro do pacto federativo, a competência municipal para legislar e licenciar os empreendimentos na questão ambiental, não se sobrepondo às leis estaduais e federais, vinculando as decisões dos Conselhos de Meio Ambiente municipais e demais conselhos envolvidos.
	<b>Bloco 2: Articulação entre o desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental: habitação, saneamento e conservação ambiental</b>
2	Implantar a Agenda 21, considerando a Política Nacional de Saneamento Básico, Política Nacional de Recursos Hídricos, o uso de energias alternativas e a conservação de energia em habitação popular.
5	Incentivar o uso da energia solar, de combustíveis menos poluentes, de filtros em veículos, aproveitamento da água da chuva em edificações e reutilização de água servida em edificações sustentáveis. Instalar aquecedores solares em habitações de baixa renda com preço acessível à população.
1	Priorizar investimentos dos três níveis do governo em municípios que não possuem tratamento de esgoto.
15	Promover a integração entre as esferas governamentais na política habitacional, deixando para o município a responsabilidade pela concessão de áreas sem ônus e pelo saneamento básico para implantação de projetos habitacionais de interesse social em áreas carentes, cabendo ao Estado e à União a alocação de recursos do FAT e FGTS.
	<b>Bloco 3: Promover HIS com articulação federativa, priorizando famílias até 3 s. m. e com projetos que levem em consideração a infra-estrutura e equipamentos socioambientais</b>
12	Buscar a articulação entre as três esferas governamentais para viabilizar o processo de urbanização ordenada, em conjunto com o crescimento de atividades econômicas (industriais, comerciais e de serviços) compatíveis com a sustentabilidade ambiental, e para ampliação de investimentos em habitação, infra-estruturas urbanas, saneamento básico e serviços públicos.
41	Promover financiamento habitacional para renda de até 3 salários mínimos.
16	Estabelecer arranjos para construção de casas populares ou conjuntos habitacionais, sendo de responsabilidade do governo federal ou estadual a infra-estrutura e equipamentos – como creches, saneamento básico e escolas –, incentivando o uso de energias alternativas – solar, eólica, biodiesel – que possibilitem o desenvolvimento sustentável.

**Destaques apresentados (subscritos por 20% dos delegados)**

1	O encaminhamento pelo governo federal, no prazo de 180 dias, ao legislativo de projeto de lei que institui o sistema de Conferências e os Conselhos das Cidades, com caráter deliberativo e a adoção da mesma iniciativa por parte dos governos estaduais, Distrito Federal e municípios.
2	O fim dos despejos e a ampliação dos recursos destinados aos Fundos de Habitação de Interesse Social nas 03 esferas - federal, estadual e municipal, garantindo o acesso direto de cooperativas habitacionais e associações sem fins lucrativos, para a implementação de programas de habitação direcionados à população que ganha de 0 a 3 salários mínimos, especialmente para os grupos em condições de maior vulnerabilidade social, como as mulheres chefes de família, vítimas de violência, afro-brasileiros(as), índios(as), idosos(as), pessoas com deficiência e portadores(as) de HIV/Aids; e que viabilize o acesso à terra urbanizada e bem localizada, bem como a ocupação dos vazios urbanos.
3	O Ministério das Cidades deve criar um programa, com a participação do Conselho das Cidades, voltado ao monitoramento da implementação dos planos diretores, com o objetivo de identificar eventuais dificuldades na implementação dos instrumentos de reforma urbana, na difusão de experiências bem sucedidas, implementação de ZEIS e na avaliação dos bloqueios e potencialidades dos planos diretores elaborados tendo em vista o cumprimento da função social da cidade e da propriedade.
4	Criar instrumentos e mecanismos de desburocratização dos procedimentos e criação de incentivos para aprovação de empreendimentos urbanos de interesse social em todos os programas federais.

**Registro de propostas municipais indicadas pelos delegados como de âmbito nacional (repescagem do Anexo 1).**

1	Garantir a obrigatoriedade de concessão à mulher da titularidade da posse e/ou propriedade do imóvel proveniente de programas habitacionais promovidos pelo poder público nas 3 esferas de governo
2	Avançar na definição dos parâmetros de barateamento das tarifas da discussão pública e transparente dos custos, da construção de mecanismos eficientes de fiscalização, da qualidade dos transportes coletivos da política de subsídios como mecanismos de inclusão social.
3	Construir, no âmbito dos canais de participação e controle social da política habitacional um processo de avaliação e monitoramento e reformulação dos programas, linhas de financiamento para HIS, adequando: normas e procedimentos, limites dos valores financiados por família, valores dos subsídios e dos juros, tornando-os acessíveis à população alvo e buscando a desburocratização e agilização.
4	Recomendar a regulamentação da resolução CONAMA n.º 369/06 no que tange à intervenção em APP de interesse social, objeto de regularização fundiária de forma que seja orientada pelo respeito à tipicidade das ocupações pré existentes, e eliminação das situações de risco, cabendo aos Planos de Regularização Sustentável a análise das especificidades da ocupação a ser regularizada e seu entorno imediato.

## 1. Subtema: As Intervenções Urbanas e o Controle Social:

### Resultado da Votação (urnas)

N.º da proposta no anexo 2	<b>Bloco 1: Recursos para o financiamento para HIS com prioridade para entidades civis, cooperativas e associações</b>
10	Ampliar recursos para financiamento de programas habitacionais, contemplando entidades civis, cooperativas habitacionais e associações de moradores.
11	Implantar programas de cooperativas e mutirões habitacionais, voltados para população de baixa renda.
	<b>Bloco 2: Recursos para capacitação de membros dos Conselhos, agentes públicos e lideranças sociais</b>
8	Criar programas de capacitação permanente de agentes públicos e representantes da sociedade civil para elaboração e gestão de projetos sociais.
7	Garantir recursos financeiros e técnicos do Ministério das Cidades para formação e capacitação dos membros dos Concidades, para que exerçam seu papel de fiscalizadores da implementação da política de desenvolvimento urbano.
9	Capacitar lideranças de diversos segmentos sociais para que atuem como multiplicadores, promovendo a participação da comunidade nos assuntos de interesse da cidade.
	<b>Bloco 3: Estabelecer o caráter deliberativo do Concidades e fazer cumprir suas resoluções</b>
14	Criar instrumentos legais para tornar obrigatório o cumprimento das resoluções das Conferências das Cidades.
17	Estabelecer através de legislação federal o caráter deliberativo do Conselho da Cidade.
	<b>Bloco 4: Gestão pública: parcerias, transparência, informação e educação para a participação cidadã.</b>
5	Criar instrumentos legais que obriguem o poder público (nas três esferas) a prestar contas à sociedade em relação às propostas aprovadas nas conferências, para que a população possa acompanhar e monitorar a implementação das ações.
1	Esclarecer a população quanto à importância da participação nas decisões públicas por meio de campanhas educativas, concursos de propostas, parcerias com instituições de ensino e com empresários locais, entre outros.
	<b>Bloco 5: Priorizar recursos para municípios condicionados à existência de Conselho</b>
3	Priorizar o repasse de recursos estaduais e federais para os municípios com Conselho Municipal da Cidade já instituído.

### Destaques apresentados (subscritos por 20% dos delegados)

1	Criação de espaços de discussão e participação da sociedade na gestão do PAC, através do Conselho das Cidades e de outros conselhos nacionais. O Ministério das Cidades deve criar um grupo de trabalho permanente, com a participação de todos os seguimentos que compõe o ConCidade, com o objetivo de monitorar o desenvolvimento do PAC e seu impacto sobre as cidades.
2	Condicionar o repasse dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, do FGTS e do PPI para estados e municípios à existência de Conselhos das Cidades, com caráter deliberativo e participação dos movimentos populares, e que estejam em funcionamento.

**Registro de propostas municipais indicadas pelos delegados como de âmbito nacional (reescapagem do Anexo 1): não houve indicação neste subtema.**

## 2. Subtema: As Intervenções Urbanas e os Recursos:

### Resultado da Votação (urnas)

N.º da proposta no anexo 2	<b>Bloco 1: Adoção de processos participativos na destinação de recursos e elaboração de orçamentos</b>
5	Implementar o Orçamento Participativo nas instâncias municipal, estadual e federal a partir da definição de programas intersetoriais de políticas públicas, transitando de maneira gradativa do carácter facultativo para o impositivo.
16	Aplicar integralmente os recursos orçamentários federais em ações previstas por meio de processos participativos.
	<b>Bloco 2: Ampliação de recursos, articulação de agentes e simplificação de procedimentos para a política de HIS</b>
2	Criar mecanismos que possibilitem a execução de políticas de habitação de interesse social por meio de agentes coletivos não-públicos.
41	Desburocratizar, nos agentes financeiros, a documentação a ser apresentada pelas famílias de baixa renda.
36	Ampliar os recursos destinados aos subsídios da HIS.
	<b>Bloco 3: Ampliar recursos destinados a desenvolvimento urbano, infra-estrutura e saneamento</b>
7	Destinar 2% da CPMF para aplicação em infra-estrutura.
8	Aumentar o repasse do Fundo de Participação dos Municípios para atender exigências de legislação federal quanto ao desenvolvimento urbano.
37	Viabilizar recursos federais, estaduais e municipais, a fundo perdido, para garantir a execução de projetos dentro do planejamento estratégico nas áreas de habitação, urbanismo e meio ambiente.
26	Criar programa de incentivo, por meio da aplicação de recursos financeiros, para Estados e municípios que constituam consórcios públicos para elaboração de projetos de saneamento básico, habitação, sempre quando integrados aos Planos Diretores Participativos.
	<b>Bloco 4: Destinar recursos do PAC para transporte e mobilidade urbana.</b>
39	Ampliar o montante de recursos do PAC na área de transporte público municipal, melhorando a acessibilidade e mobilidade urbana

### Destaques apresentados (subscritos por 20% dos delegados)

1	Que todos os investimentos da política urbana dos governos federal, estaduais e municipais, incluindo os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento devem passar pelas instâncias de participação, monitoramento e controle social. Todos os recursos em habitação de interesse social, saneamento básico e transporte, incluindo aqueles oriundos do PAC, deverão compor os Fundos de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, a ser criado, estando sua utilização sujeita: (i) aos critérios estabelecidos e aprovados pelos respectivos Conselhos: (ii) às diretrizes estabelecidas nas diversas políticas urbanas e no Plano Diretor Participativo do município.
2	O Ministério das Cidades deve criar um Programa Nacional de Produção Social da Moradia, com destinação de recursos do FNHIS de forma direta para associações comunitárias e cooperativas habitacionais para financiamento e monitoramento da produção de habitações. O Programa Nacional de Produção Social da Moradia deverá ser criado no prazo de 90 dias a contar da publicação das Resoluções da Conferência das Cidades.

**Registro de propostas municipais indicadas pelos delegados como de âmbito nacional (repesagem do Anexo 1).**

1	Financiamento Federal / isenção de débitos para construção de sedes de associações civis não governamentais com o objetivo de criação de cursos de qualificação à capacitação.
2	Construir no âmbito do FNIHS critérios objetivos de distribuição e de repasse de recursos, considerando: a) as diferentes modalidades de intervenção (urbanização e regularização de assentamentos precários, empreendimentos de associações comunitárias, etc.), levando em conta o peso relativo de cada uma no enfrentamento ao déficit e à inadequação habitacional; b) a dimensão e a natureza da necessidades habitacionais dos diferentes entes da federação, definindo ao mesmo tempo a demanda e o limite de renda da população a ser beneficiada pelo FINIHS.
3	Garantir fontes estáveis e permanentes para o subsídio habitacional, tendo como meta a ampliação dos recursos do OGU dentro do mix de recursos do subsídio.
4	Garantir a aplicação dos recursos do FUNSET, DPVAT, e das multas de trânsito nas ações que visem à redução de ocorrências trágicas no trânsito.

## Subtema: Capacidade Administrativa e de Planeamento e Estrutura Institucional:

### Resultado da Votação (urnas)

N.º da proposta no anexo 2	<b>Bloco 1: Programas nacionais de capacitação e fiscalização da política de desenvolvimento urbano para as lideranças comunitárias, esclarecendo seus deveres e obrigações, e incluindo a transparência e divulgação dos projetos sociais</b>
1	Criar Programa Nacional de Capacitação das Cidades de caráter permanente com objetivo de auxiliar na reestruturação institucional e organização de sistemas de informações do município.
2	Capacitar lideranças comunitárias para acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas públicas.
3	Estabelecer critérios transparentes e ágeis para produção, divulgação e acompanhamento de projetos de interesse social.
4	Criar cartilha para a população sobre direitos e obrigações do cidadão com linguagem acessível.
	<b>Bloco 2: Novos instrumentos de gestão municipal: geoprocessamento de base municipal</b>
16	Criar e regulamentar legislação federal para instituir Sistema de Geoprocessamento de base municipal como instrumento de gestão e planejamento do município.
	<b>Bloco 3: Ampliar recursos do FNIHS incluindo programas para situações de risco e calamidade e priorizando municípios com maior vulnerabilidade.</b>
10	Criar programas habitacionais para famílias com renda até 3 salários mínimos e para famílias atingidas por situações de calamidade.
11	Ampliar recursos federais do FNHIS.
6	Transferir as receitas estaduais e federais de acordo com o número de habitantes e o IDH do município.
	<b>Bloco 4: Tecnologias alternativas, energia solar e economia de combustíveis.</b>
7	Estimular o desenvolvimento de tecnologias alternativas que agreguem diferencial competitivo às construções e promovam a capacitação de mão-de-obra local para geração de emprego e renda.
14	Incentivar o uso de energia solar e combustíveis menos poluentes.

### Destaques apresentados (subscritos por 20% dos delegados)

1	O Ministério das Cidades deve criar um programa, com a participação do Conselho das Cidades, voltado para o monitoramento da implementação dos planos diretores, com o objetivo de identificar eventuais dificuldades na implementação dos instrumentos de reforma urbana, na difusão de experiências bem sucedidas, implementação de ZEIS e na avaliação dos bloqueios e potencialidades dos planos diretores elaborados tendo em vista o cumprimento da função social da cidade e da propriedade.
2	Criar instrumentos e mecanismos de desburocratização dos procedimentos e criação de incentivos para aprovação de empreendimentos urbanos de interesse social em todos os Programas Federais .

**Registro de propostas municipais indicadas pelos delegados como de âmbito nacional (repescagem do Anexo 1).**

1	Discutir no Conselho Nacional das Cidades e nos demais canais de participação e controle social nos diversos níveis de governo, a importância e a necessidade da tarifa social dos serviços públicos de saneamento, energia elétrica e telefonia, bem como sobre procedimentos que garantam o endereçamento à população moradora em assentamentos precários.
2	Avaliação sistemática dos Conselhos participativos existentes e sua relação com os demais poderes.

## Subtema: Receitas Municipais e Ampliação de Receitas Próprias:

### Resultado da Votação (urnas)

N.º da proposta no anexo 2	
3	Criar legislação específica para redução de alíquotas e criação de incentivos fiscais para empreendimentos de interesse social.
2	Destinar ao município parte da arrecadação de tarifa das concessionárias de prestação de serviços que ali operam.
1	Fomentar a conservação e gestão do patrimônio cultural por meio de incentivos financeiros à utilização de imóveis tombados, destinando-lhes uso habitacional.

### Destaques apresentados (subscritos por 20% dos delegados)

1	Criação de um programa de capacitação dos municípios e dos diversos atores da sociedade civil para implementação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, debatido no ConCidades.
2	Fortalecimento da cooperação entre os municípios e Capacitação sobre a Lei 11.107/2008 dos Consórcios Públicos, otimizando os investimentos visando universalizar as políticas de desenvolvimento urbano.

**Registro de propostas municipais indicadas pelos delegados como de âmbito nacional (reescapagem do Anexo 1): não houve indicação.**

## Subema: Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano:

### Resultado da Votação (urnas)

N.º da proposta no anexo 2	<b>Bloco 1: Criação do Sistema Nacional Urbano integrando as políticas setoriais e as dimensões municipal, regional e metropolitana.</b>
2	Desenvolver um sistema de planeamento, integrando as políticas setoriais, considerando as dimensões municipal, regional e metropolitana e criar mecanismos para garantir a integração de ações entre os diferentes órgãos, níveis de governo e setores socioeconômicos da comunidade, buscando a efetividade das ações e a redução da burocracia. Essa integração permitiria promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental.
3	Criar um órgão vinculado ao Ministério das Cidades para coordenar a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano com ramificação nas esferas estaduais e municipais.
6	Criar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano formado por conselhos que integram as esferas municipal, estadual e federal. Estes Conselhos devem ter caráter deliberativo e fiscal, prevendo a criação de um fundo de recursos gerido pelo próprio Conselho. Criar Programas de Desenvolvimento Urbano compatibilizando e consolidando as legislações urbanas e rurais nos níveis da União, Estado e Município, com a participação direta da sociedade.
4	Atendimento prioritário à população com ganhos até 5 s.m., operado pelo Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano por meio de recursos federais, estaduais e municipais.
5	Criar Sistema Estadual de Habitação com Conselho Estadual de Habitação com caráter deliberativo e Fundo Estadual de Habitação submetido ao Conselho.
1	Criar o Sistema Metropolitano de Planejamento e Gestão, que integre as ações e políticas de desenvolvimento urbano, municipais e regionais, com ênfase para saneamento ambiental (água, esgoto, macro-drenagem e resíduos sólidos), redes de infra-estrutura, habitação e mobilidade urbana.

### Destaques apresentados (subscritos por 20% dos delegados)

1	Criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, elaborado a partir das propostas aprovadas na 3ª Conferência das Cidades, aprovado pelo Conselho Nacional das Cidades e encaminhado ao Congresso Federal num prazo de 180 dias após sua aprovação pelo ConCidades, onde deverá estar prevista a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, como instrumento institucional de caráter financeiro, para atender os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e dar suporte as ações e formas de cooperação, entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, composto por recursos destinados pelo OGU, articulados aos fundos específicos para as áreas de habitação de interesse social; saneamento ambiental de interesse social; transporte e mobilidade de interesse social e gerido pelo Conselho Nacional das Cidades.
---	---

**Registro de propostas municipais indicadas pelos delegados como de âmbito nacional (repescagem do Anexo 1): não houve indicação.**

## Outras propostas recebidas pela Mesa coordenadora da Plenária (sem subscrição de 20% dos delegados)

<b>Transportes</b>
Metrô para Guarulhos
Trem Metropolitano único e universal
Reduzir o ICMS de 12% para 4% para a energia elétrica consumida pelo transporte eletrificado sobre trilhos, barateamento da tarifa, incentivo de corredores de trolebus. Negociar tarifas menores no horário sazonal com as distribuidoras de energia com o mesmo objetivo.
<b>Habitação</b>
Cada conjunto habitacional deverá conter unidade de saúde, creche e transportes.
Que a Caixa Econômica Federal seja apenas agente financiador, ficando a seleção e aprovação das famílias a cargo dos movimentos e gestores públicos. Fim da exigência da inadimplência plena.
Criação de lei federal obrigando a que todas as moradias populares passem a utilizar aquecimento solar, construídas por iniciativa pública ou particular.
Que todo grande empreendimento habitacional destine um valor percentual da obra para aplicar em HIS no município.
Estudo de demanda para implantação de conjunto habitacional, incluindo necessidade de incremento de investimento em equipamentos sociais e transportes.
Que os Conselhos Municipal e Estadual de habitação sejam: deliberativos, paritários e tripartites a exemplo dos conselhos de saúde.
<b>Mananciais</b>
Incentivar a implementação de atividades econômicas sustentáveis e não poluidoras no entorno das represas Billings e Guarapiranga.
<b>Educação e Trabalho</b>
Implantação de Senai nos municípios onde jovens e adultos não têm qualificação profissional
Criação de Fundo Nacional para a capacitação de técnicos e membros de associação de bairros para recuperação urbanística.
<b>Organização das Conferências das Cidades</b>
Proposta de emenda ao regulamento: a eleição dos delegados deverá ser iniciada ao final do credenciamento (16:00) e encerrada às 17:30.
<b>Recursos</b>
Toda a arrecadação do ITBI deverá ser destinada à construção de moradia econômica e lotes urbanizados para famílias de baixa renda.

## Propostas de moções recebidas pela Mesa coordenadora da Plenária (sem subscrição de 20% dos delegados)

Que as políticas públicas considerem as diretrizes dos técnicos de arquitetura e engenharia além dos objetivos políticos imediatos.
Apoio ao agricultores de Jundiapéba e região que enfrentam ação de despejo, para manutenção de atividade agrícola na área.